

Porto do Açu
Operações S.A.
(Companhia Fechada)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

Porto do Açú Operações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto do Açú Operações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto do Açú Operações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Porto do Açú Operações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Valor recuperável de propriedades para investimento e ativo imobilizado

Veja a Notas n. 16 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC") e para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.</p> <p>Devido às incertezas inerentes relacionadas com as projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a taxa de desconto, crescimento econômico projetado e a inflação de custos utilizados na determinação do valor em uso dos ativos e valor justo líquido de despesa de venda, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento para determinação da estimativa contábil, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, dentre outros:</p> <p>Entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia.</p> <p>Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e as metodologias utilizadas na preparação do modelo de fluxo de caixa descontado, como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos e as taxas de desconto, confrontando-as com dados obtidos de fontes externas e elaborando análise de sensibilidade.</p> <p>Conferência aritmética dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais e com os planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, principalmente em relação ao teste</p>

	<p>do valor em uso e sua comparação com o valor justo.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação no teste de valor recuperável dos ativos, que foram parcialmente registrados e divulgados pela administração. O valor não registrado e não divulgado foi considerado imaterial.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos das propriedades para investimento e do ativo imobilizado, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>
--	--

2 - Impostos diferidos ativos

Veja a Nota n. 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece os impostos diferidos ativos relativos a prejuízo fiscal e base negativa com base na existência de probabilidade razoável de que gerará lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos.</p> <p>A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros é baseada em projeção de receita, custos e resultado financeiro, que refletem o ambiente econômico e operacional da Companhia.</p> <p>Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos ativos diferidos e o fato da Companhia exercer um julgamento significativo que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, dentre outros:</p> <p>Entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Companhia.</p> <p>Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, da natureza das diferenças temporárias, bem como a razoabilidade da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que compõem a base tributável.</p> <p>Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e metodologias utilizadas na preparação do modelo de fluxo de caixa descontado, que suporta a determinação do valor dos lucros tributáveis futuros, bem como as premissas como o crescimento econômico projetado para o setor, investimentos de capital e as taxas de desconto, confrontando-as com dados obtidos de fontes externas, bem como avaliamos a análise de sensibilidade na projeção de receita e dos custos, comparando-</p>

	<p>os com o resultado esperado de lucro tributável futuro e recalculando o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Companhia.</p> <p>Conferência aritmética dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as informações contábeis, relatórios gerenciais e com os planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, principalmente as relativas aos valores adicionais de imposto ativo diferido não registrados devido à falta de expectativa de recuperação.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes na provisão para recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, os quais foram registrados e divulgados pela Companhia.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos impostos diferidos ativos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>
--	---

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Porto do Açú Operações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	56.142	12.480	62.774	20.665
Títulos e valores mobiliários	6	6.649	2.735	11.317	5.154
Depósitos bancários vinculados	7	50	33	70	53
Clientes	8	27.146	51.863	36.397	55.773
Outras valores a receber	19	8.441	10.999	8.409	10.657
Impostos a recuperar	9	16.695	36.310	17.405	37.371
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	-	-	1.328	985
Créditos com terceiros	14	170	757	170	757
Outros		2.392	1.545	1.673	904
Total do ativo circulante		117.685	116.722	139.543	132.319
Não circulante					
Depósitos bancários vinculados	7	4.717	6.708	4.717	6.708
Clientes	8	55.379	58.105	55.379	58.105
Créditos a receber	19	531.951	495.154	531.951	495.154
Debêntures	13	659.393	659.393	659.393	659.393
Créditos com terceiros	14	80.031	80.015	80.031	80.015
Depósitos restituíveis	11	18.175	19.865	18.175	19.865
Depósitos judiciais	12	24.598	24.047	24.598	24.047
Impostos a recuperar	9	2.603	2.603	2.603	2.603
Impostos diferidos	10	38.337	220.670	38.368	220.670
Investimentos em controladas	15	110.705	102.497	-	-
Propriedade para investimento	16	475.086	467.016	554.950	546.252
Imobilizado	17	3.032.334	2.924.084	3.042.878	2.934.240
Intangíveis	18	4.084	2.637	4.176	2.637
Total do ativo não circulante		5.037.393	5.062.794	5.017.219	5.049.689
Total do ativo		5.155.078	5.179.516	5.156.762	5.182.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		32.878	34.384	33.108	35.119
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	304.878	2.318	304.878	2.318
Salários e encargos a pagar		16.255	14.729	16.358	14.766
Outras contas a pagar	19	6.620	18.227	5.802	17.835
Adiantamento de clientes	22	2.362	2.352	2.363	2.657
Impostos e contribuições a recolher	21	2.065	3.339	2.139	3.390
Imposto de renda e contribuição social a recolher	21	-	-	1.436	1.103
Outros		77	540	80	542
Total do passivo circulante		365.135	75.889	366.164	77.730
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	4.404.885	4.216.611	4.404.885	4.216.611
Obrigações com terceiros	14	19.880	19.880	19.880	19.880
Outros passivos financeiros	19	509.580	509.580	509.580	509.580
Adiantamento de clientes	22	22.260	24.472	22.260	24.472
Provisão para contingências	23	8.750	321	8.750	321
Outros		-	-	484	484
Total do passivo não circulante		4.965.355	4.770.864	4.965.839	4.771.348
Patrimônio líquido					
Capital social	24	2.061.053	2.036.821	2.061.053	2.036.821
Reservas de capital		9.558	1.431	9.558	1.431
Prejuízos acumulados		(2.246.023)	(1.705.489)	(2.246.023)	(1.705.489)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		(175.412)	332.763	(175.412)	332.763
Participação de acionistas não controladores			-	171	167
Total do patrimônio líquido		(175.412)	332.763	(175.241)	332.930
Total do passivo e patrimônio líquido		5.155.078	5.179.516	5.156.762	5.182.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida de prestação de serviços	25	248.242	229.235	253.854	233.728
Custo dos serviços prestados	26	(230.751)	(207.579)	(231.726)	(207.940)
Lucro bruto		17.491	21.656	22.128	25.788
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	27	(78.501)	(39.761)	(73.209)	(34.618)
Reversão (Provisão) ao valor recuperável de ativos ("impairment")	1, 17 e 18	162.940	(139.315)	156.870	(139.315)
Provisão para perda - depósitos restituíveis	11	-	(60.839)	-	(66.909)
Provisão para perda de recebíveis	6,7 e 8	(866)	-	(918)	-
Outras receitas		1.459	959	1.467	959
Outras despesas		153	(3.776)	153	(3.806)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		102.676	(221.076)	106.491	(217.901)
Receitas financeiras		63.626	61.009	64.305	62.037
Despesas financeiras		(528.374)	(498.259)	(528.446)	(498.328)
Resultado financeiro	28	(464.748)	(437.250)	(464.141)	(436.291)
Resultado de equivalência patrimonial	15	2.934	2.819	-	-
Resultado antes dos impostos		(359.138)	(655.507)	(357.650)	(654.192)
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	(1.515)	(1.309)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(181.396)	(203.165)	(181.365)	(203.165)
Prejuízo do exercício		(540.534)	(858.672)	(540.530)	(858.666)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(540.534)	(858.672)	(540.534)	(858.672)
Acionistas não controladores		-	-	4	6
Resultado por ação		(0,2623)	(0,4216)	(0,2623)	(0,4216)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do exercício	(540.534)	(858.672)	(540.530)	(858.666)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(540.534)	(858.672)	(540.530)	(858.666)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(540.534)	(858.672)	(540.534)	(858.672)
Acionistas não controladores	-	-	4	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Consolidado	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Reserva de Capital	Opções de ações outorgadas	Varição percentual na participação de investidas	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º janeiro de 2017	1.814.008	165.470	-	1.186	97	(846.817)	1.133.944	184	1.134.128
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(858.672)	(858.672)	6	(858.666)
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	-	138	-	-	138	-	138
Varição percentual na participação de investidas	-	-	-	-	10	-	10	-	10
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	57.343	-	-	-	-	57.343	-	57.343
Aumento de capital cfe AGO 27/03/2017	222.813	(222.813)	-	-	-	-	-	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(23)	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.036.821	-	-	1.324	107	(1.705.489)	332.763	167	332.930
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(540.534)	(540.534)	4	(540.530)
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	-	46	-	-	46	-	46
Aumento de capital cfe AGE 15/02/2018	24.232	-	-	-	-	-	24.232	-	24.232
Reserva de capital cfe AGE 15/02/2018	-	-	8.081	-	-	-	8.081	-	8.081
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.061.053	-	8.081	1.370	107	(2.246.023)	(175.412)	171	(175.241)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(359.138)	(655.506)	(357.650)	(654.191)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	115.250	111.610	109.188	105.543
Baixa do imobilizado	151	1.908	151	1.908
Resultado de equivalência patrimonial	(2.934)	(2.819)	-	-
Variação monetária e juros	448.113	414.122	448.113	410.689
Amortização do custo de transação	17.499	17.005	17.499	17.005
Provisão (reversão da provisão) para <i>impairment</i>	(162.940)	139.315	(156.870)	139.315
Provisão para perdas de depósitos restituíveis	-	60.837	-	66.909
Provisão para perdas sobre recebíveis	866	-	918	-
Provisão (reversão) de fornecedores	(1.195)	-	(1.758)	-
Provisão para bônus	12.179	5.625	12.257	5.625
Provisão para contingências	8.429	78	8.429	78
Plano de opção de compra de ação	46	139	46	139
	76.326	92.314	80.323	93.020
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Clientes	26.583	(33.857)	21.191	(37.767)
Impostos a recuperar	20.552	20.904	20.903	20.878
IR e CSLL a recuperar	-	-	(343)	(941)
Adiantamentos diversos	-	(44)	-	(44)
Depósitos bancários vinculados	1.974	2.316	1.974	5.805
Depósitos restituíveis	2.911	3.994	2.911	3.994
Contas a receber	2.685	1.992	2.376	2.333
Despesas antecipadas	(876)	9.901	(888)	9.901
Outros valores a receber	(199)	(240)	(109)	(40)
Créditos com terceiros	571	(16.680)	571	(16.680)
Fornecedores	(313)	(40.423)	(250)	(40.174)
Impostos e contribuições a recolher	(1.274)	340	(2.433)	53
Salários e encargos a pagar	(10.653)	2.280	(10.665)	2.307
Contas a pagar	8.392	10.294	7.967	10.607
Adiantamento de clientes	(2.359)	(2.691)	(2.663)	(2.957)
Outras obrigações	(454)	331	(454)	337
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	123.866	50.731	120.411	50.632
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(60.587)	(88.286)	(60.984)	(89.382)
Aquisição de bens intangíveis	(1.584)	(855)	(1.676)	(792)
Títulos e valores mobiliários	(3.917)	(2.735)	(6.166)	(5.154)
Aumento de capital em controlada	(7.940)	(3.011)	-	-
Dividendos recebidos	2.666	1.703	-	-
Propriedade para investimento	(8.070)	(9.239)	(8.704)	(9.969)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(79.432)	(102.423)	(79.530)	(105.297)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	24.232	57.343	24.232	57.343
Reserva de capital	8.081	-	8.081	-
Empréstimos liquidados com terceiros	(18.320)	(1.950)	(18.320)	(1.950)
Custos de transação	(8.919)	(13.863)	(8.919)	(13.863)
Juros pagos	(5.849)	(299)	(5.849)	(299)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(775)	41.231	(775)	41.231
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	43.659	(10.461)	42.106	(13.434)
Caixa e equivalentes no início do exercício	12.480	22.941	20.665	34.099
Caixa e equivalentes no fim do exercício	56.139	12.480	62.771	20.665
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	43.659	(10.461)	42.106	(13.434)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Porto do Açú Operações S.A. (“Porto do Açú” ou “Companhia”), anteriormente denominada LLX Açú Operações Portuárias S.A., situada à rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, Rio de Janeiro, foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário, por meio do Porto do Açú, que está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Possui localização estratégica a aproximadamente 150 km de distância da Bacia petrolífera de Campos. Trata-se de um Porto privativo de uso misto desenvolvido no conceito de porto-indústria e está em operação desde outubro de 2014 e conta atualmente com profundidades entre 10 e 25 metros. O Porto do Açú possui um Terminal *Offshore* (T1) e um Terminal *Onshore* (T2), que juntos podem totalizar 17 km de cais, com capacidade de receber navios de grande porte como *Capesize* e *Very Large Crude Carriers* (“VLCCs”). A Companhia é uma subsidiária controlada por Prumo Logística S.A. (“Prumo”).

A Porto do Açú conta com uma área de aproximadamente 9 mil hectares, destinada ao complexo industrial, tendo além disso, construído um canal *onshore* de 300 metros de largura e 6,5 quilômetros de extensão com profundidade de até 14,5 metros, no qual foi implantado um terminal para movimentação de cargas diversas. A empresa atualmente está dividida em duas linhas de negócio: (i) aluguel de áreas, que conta com clientes como National Oilwell Varco (“NOV”), Technip, Wärtsilä, InterMoor, Edison Chouest e BP Prumo, já instalados e em operação, e (ii) terminal multicargas (“*T-Mult*”), operado pela própria empresa, que tem como principais clientes: (i) Votorantim Metais, com a prestação de serviços de movimentação de bauxita, carvão e coque e (ii) Gerdau Açominas (“Gerdau”) com atividades de descarga e transporte rodoviário de carvão siderúrgico, além de alugar parte do cais para atracação de sondas da indústria de petróleo.

Localizado no Terminal Onshore do empreendimento, que foi desenvolvido no entorno de um canal com 300 metros de largura, 6,5 quilômetros de extensão e profundidade de até 14,5 metros, o *T-Mult* está equipado para movimentar diversos tipos de cargas, como granéis sólidos e cargas em geral.

A Porto do Açú iniciou em 2011 a sua atividade de arrendamento de retroárea e, em novembro de 2014, iniciou também suas operações portuárias no canal do terminal T2.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 3 de junho de 2015, a Porto do Açu assinou contrato com a BG E&P Brasil Ltda. ("Shell") para a operação de transbordo de petróleo. A Açu Petróleo, controlada da empresa Prumo, foi parte interveniente do referido contrato até 31 de maio de 2018 após cessão da transferência de todas as licenças e autorizações relacionadas à operação desse terminal.

Port of Antwerp

Em 15 de fevereiro de 2018, A Porto do Açu comunicou que foram cumpridas todas as condições precedentes previstas para a formação da parceria entre a Companhia e a Port of Antwerp International NV ("PAI"), uma subsidiária do Porto de Antuérpia, implementada através da celebração de 3 (três) contratos: (i) Contrato de Consultoria, (ii) Contrato de Investimento, e (iii) Acordo de Acionistas ("Acordos Definitivos").

Com o cumprimento das condições precedentes, os Acordos Definitivos tornaram-se eficazes e, desta forma, (i) a PAI iniciou a prestação dos serviços de Consultoria para a Porto do Açu pelo prazo de 10 anos e preço total de USD 7.800 (sete milhões e oitocentos mil dólares), adicionalmente a PAI indicou um total de até 4 (quatro) executivos expatriados para integrar a equipe da Porto do Açu em seu desenvolvimento comercial e operacional; (ii) a PAI, através de uma subsidiária, subscreveu novas ações correspondentes a uma participação de 1,176% do capital social da Porto do Açu, pelo valor total de R\$24.232, acrescido de R\$8.081 destinados à conta de reserva de capital; e (iii) a PAI indicou um membro para o Conselho de Administração da Porto do Açu.

Construção termelétrica

Em 3 de maio de 2018, foi assinado entre a Porto do Açu e a empresa Gás Natural ("GNA"), subsidiária da empresa Prumo, um contrato de aluguel de terreno localizado no Terminal T2 que mede aproximadamente 378.000 m², por um período de 23 anos renováveis por mais 25 anos, para implantação da primeira usina termelétrica no Complexo Industrial do Porto do Açu, com direito de expansão de área de aproximadamente 426.000 m² para implantação de uma segunda termelétrica e de potenciais futuros projetos termelétricos até o limite de capacidade de geração de energia licenciada pela GNA, que corresponde a 6.400 MW. Foi acordado que a GNA poderá utilizar o molhe norte, a fim de desenvolver projeto de terminal de regaseificação de gás natural liquefeito, cuja capacidade inicial será suficiente para atender as demandas de suprimento de gás natural das usinas termelétricas que serão construídas pela GNA através de suas subsidiárias.

O prazo estabelecido no contrato iniciará conforme data estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para início das operações comerciais da usina termelétrica a ser desenvolvida pela GNA e os pagamentos decorrentes de cessão onerosa de superfície serão devidos à Porto do Açu a partir deste momento.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional—Continuação

Com a assinatura do contrato de aluguel de área e o início da operação das térmicas previsto para 2021 e 2023, respectivamente, o Porto do Açu contará com geração de energia através de termelétricas, totalizando 2.911 MW de capacidade instalada. Este projeto de desenvolvimento do chamado “Açu Gas Hub” será um dos principais vetores de crescimento do Complexo Industrial do Porto do Açu, devendo atrair outros novos empreendimentos de grande porte para a área.

Análise de impairment

A Companhia revisa trimestralmente a existência de indicadores de perda estimada ao valor recuperável dos ativos e, em 31 de dezembro de 2018, com a adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, foi registrado risco de perda consolidada sobre aplicação financeira e recebíveis, conforme nota explicativa nº 5 - Políticas Contábeis, no montante consolidado de R\$(918) e (R\$(866) referente a controladora Porto do Açu.

Na avaliação do valor recuperável, a Companhia também mensurou o valor justo menos as despesas de alienação da UGC Industrial Hub/T-Mult, conforme CPC 01, e identificou a melhora do ambiente macroeconômico, com a perspectiva de medidas benéficas na esfera dos negócios, corroborado pela assinatura de novos contratos, como o de locação de área para instalação das térmicas da GNA. Este cenário favorece os empreendimentos da Companhia, pois torna atrativo os investimentos dos clientes, tendo com isso impactado na recuperabilidade dos ativos da UGC Industrial Hub/T-Mult. Houve também revisão de algumas projeções de CAPEX, baseado na performance histórica e em novas premissas de desenvolvimento do Porto, impactando positivamente no teste. Com isso, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou teste de *impairment* dos ativos e verificou a necessidade de reverter uma parcela da provisão constituída em exercícios anteriores, conforme nota explicativa nº 17 - Imobilizado.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Licenças e autorizações

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu (*)	Aprovando a concepção e localização das estruturas de uso comum do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), que contemplarão: sistema rodoferroviário, rede de microdrenagem, rede de canais de macrodrenagem, implantação do canal Campos-Açu no trecho Quitungute - UCN, rede elétrica, estrutura de captação de água rio Paraíba do Sul e adutora, sistema de reservação, tratamento e distribuição de água, sistema de esgotamento sanitário com coleta, tratamento e disposição final via emissário submarino, sistema de emissário terrestre e submarino, corte e aterro, loteamento e arruamentos, projeto urbanístico e paisagístico. (*)	LP nº IN021311 AVB002637	30/10/2012	30/10/2017
Porto do Açu (*)	Licença de instalação que autoriza a implantação do pátio logístico, compostos por pátios de granéis sólidos, para armazenamento de rochas ornamentais, produtos siderúrgicos, contêineres e infraestrutura de apoio, unidades de apoio, sistema de dragagem para área do retroporto, unidade de tratamento de petróleo ("UTP") para comercialização e exportação de petróleo através dos terminais marítimos licenciados no T1, denominados TPET-I e TPET-II e, em conjunto, denominado <i>T-Oil</i> , incluindo a estocagem e processamento de óleo, com tubulação específica para movimentação de petróleo entre a UTP e os referidos terminais marítimos, bem como a instalação da infraestrutura nesses terminais destinadas à atividade de transferência de petróleo entre navios acostados em todos os berços do <i>T-Oil</i> e a transferência de petróleo entre navios acostados e a contrabordo (" <i>ship to ship</i> ").	LI nº IN030949	22/06/2015	22/06/2018
Porto do Açu (*)	Autorização ambiental que permite a atividade de monitoramento da biota aquática, na área de influência do empreendimento e nas águas marinhas.	AA nº IN034383	24/05/2016	24/05/2018
Porto do Açu (*)	Autorização ambiental para execução de planos de manejo, conservação de fauna para espécies ameivula littoralis, anhinga, mimus gilvus e Sporohila collaris.	AA nº IN000133	28/11/2016	28/11/2018
Porto do Açu (*)	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial (usina de concreto) e outros usos (umectação de vias) na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul	OUT nº IN022389	04/02/2013	04/02/2018
Porto do Açu	Licença de operação que autoriza o <i>T-Mult</i> dedicado à movimentação de granéis sólidos (carvão/coque e bauxita) e carga geral (blocos de granito, contêineres e cargas de projetos).	LO nº IN034002 AVB003515	15/04/2016	15/04/2023
Porto do Açu (*)	Para a implantação do Terminal Sul, planta portuária destinada à movimentação de cargas e produtos para importação e exportação (granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e cargas de projeto), com supressão de vegetação nativa de 0,7 ha de eucaliptos encontrados na área de intervenção e realizar captura, transporte e monitoramento de fauna silvestre. (*)	LI nº IN023176 AVB001999 AVB002728 AVB002866	17/05/2013	17/05/2017
Porto do Açu (*)	Aprovou a concepção e localização do Terminal Sul. (*)	LP nº IN018985	16/02/2012	16/02/2015
Porto do Açu	Aprovando a concepção, localização e implantação de infraestrutura do Terminal Sul (TSUL), que compreende a pavimentação de vias, edificação da portaria principal, implantação da rede de drenagem e de distribuição de água, situado na Fazenda Saco Dantas. (*)	LPI nº IN028199 AVB003933	25/09/2014	01/01/2020
Porto do Açu	Autorização Ambiental nº IN000327 aprovando o manejo da bióta aquática, localizado na Fazenda Saco Dantas, município São João da Barra.	AA nº IN000327	16/05/2017	16/05/2019

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu	Autorização para a extração de água bruta subterrânea em 02 (dois) poços tubulares, com a finalidade de uso industrial (sistema de resfriamento, aspersão de pilhas de carvão e coque, fabricação de lama de perfuração), e outros (limpeza de dependências).	OUT nº IN028801	13/11/2014	13/11/2019
Porto do Açu	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial e outros usos na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	OUT nº IN038837	02/03/2017	02/03/2022
Porto do Açu (*)	Licença Prévia e de Instalação aprovou a concepção, localização e implantação de um píer de atracação para unidade flexível de transferência de gás natural liquefeito. A referida licença teve seu prazo prorrogado através da AVB002868. Ocorre que a mencionada AVB veio com erro material e está sendo devidamente corrigida no INEA.	LPI nº IN021739 AVB002714 AVB002868	10/12/2012	10/12/2018
Porto do Açu (*)	Licença de Instalação LI nº IN027911 e AVB 2673, aprovando o circuito duplo de transmissão de energia elétrica de 345KV, com extensão de 58 km, com subestação de energia e supressão de vegetação nativa em área de 1,42 ha de restinga.	LI nº IN027911 AVB002673 AVB003298	05/04/2015	24/04/2018
Porto do Açu (*)	Licença de Instalação LAS aprovou a localização, implantação e operação da Linha de Distribuição, de 138 kv, que interligará a Linha de Transmissão Minas Rio e Subestação Açu, com 1,7 km de extensão e seis torres, com faixa de servidão de 20 metros.	LAS nº IN027539 AVB002722	17/07/2014	17/07/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação LI nº IN042068 aprova a implantação de um canal de navegação, composto por um canal de acesso marítimo (<i>offshore</i>) e um canal de atracação (<i>onshore</i>) e implantação das estruturas de cais, guias correntes e píer.	LI nº IN042068 AVB 003786	13/11/2017	13/11/2021
Porto do Açu	Autorização Ambiental para manejo da biota aquática (marinha e limnológica).	AA nº IN000326	16/05/2017	16/05/2019
Porto do Açu (*)	Licença Prévia e de Instalação aprova a concepção, localização e implantação de dois depósitos (2 e 7) de apoio terrestre para disposição do material dragado do canal de acesso da Unidade de Construção Naval do Açu, com supressão de vegetação nativa de 14,11 ha de restinga e o corte de vegetação exótica em uma área de 2,67 ha cobertos por cercas vivas de espécie <i>Euphorbia tirucalli</i> , localizado na Rodovia RJ 240 - Açu, Distrito Industrial, Município São João da Barra.	LPI nº IN030901	29/06/2015	29/06/2018
Porto do Açu (*)	Licença Prévia e de Instalação aprova a fabricação, montagem e lançamento de estruturas do tipo riser, destinadas às instalações marítimas de produção de petróleo, incluindo autorização pa supressão de vegetação nativa de 10,5 hectares.	LPI nº IN031304	31/07/2015	31/07/2018
Porto do Açu (*)	Autoriza a extração de água subterrânea para finalidade de consumo e higiene humana e irrigação. (*)	OUT nº IN001541	23/03/2010	22/03/2015
Pedreira Sapucaia (*)	Implantação das atividades de britagem e extração mineral de granito, para uso na construção civil, em uma jazida inserida em 2 poligonais que totalizam 73,05 ha, processos DNPM 890.220/11 e 890.187/11, cuja frente de lavra efetiva corresponde a 19,89 ha, georreferenciada através das coordenadas UTM (WGS 84) 24K 242.828 m E e 7.602.575 m N. O beneficiamento do minério será realizado em duas centrais de britagem, com capacidade total de 600 t/h. (*)	LPI nº IN018049 AVB001088	04/11/2011	04/11/2014
Pedreira Sapucaia (*)	Atividade de extração mineral de granito em blocos, para uso na construção civil, em uma frente de lavra de 5,06 ha, inserida em área de 21,8 há. (*)	LO nº IN016484	02/05/2011	02/05/2016

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

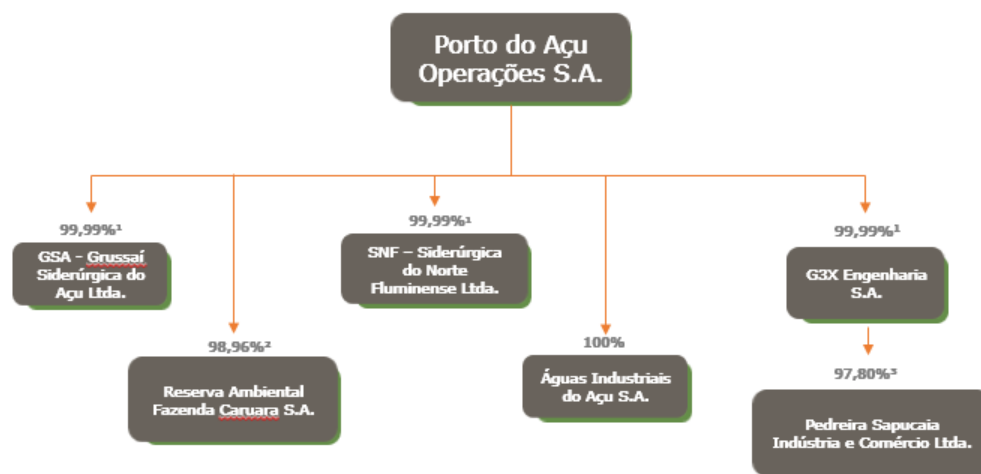
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
		AVB001187 AVB001426		
Reserva Ambiental	Certidão atestando a inexigibilidade de licença para consultoria com objeto de elaboração e execução de projeto de recuperação, restauração e recomposição florestal.	CA nº IN022772	26/03/2013	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 7.096 de SJB.	CA nº IN018822	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 4.812 de SJB.	CA nº IN018820	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Autorização ambiental que permite o fundeio de plataformas e embarcações <i>offshore</i> na área do T2 e sua atracação nos molhes norte e sul deste mesmo terminal.	AA nº IN039353	19/04/2017	19/04/2019
Porto do Açu	Termo aditivo ao contrato de uso de Espelho D'Água, que prevê a inclusão da Ferroport e da Açu Petróleo.	-	29/03/2018	06/10/2035

(*) Estão em processo de renovação

3. Empresas do grupo

	País	Participação acionária	
		2018	2017
Controladas diretas:			
G3X Engenharia Ltda. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
Águas Industriais do Açu S.A. ("Águas Industriais", antiga EBN)	Brasil	100,00%	100,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Açu S.A. ("GSA")	Brasil	99,99%	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	98,96%	99,05%
Siderúrgica do Norte Fluminense S.A. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%
Controladas indiretas:			
Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,80%	97,80%
Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado LLX 63	Brasil	99,99%	99,99%



¹ 0,01% Prumo Logística S.A.
² 1,04% Prumo Logística S.A.
³ 2,20% Porto do Açu Operações S.A.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem o ativo diferido da Companhia, portanto, estas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS e a amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecido no resultado do exercício da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não há diferença entre o patrimônio líquido da controladora e do consolidado em função da provisão para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), conforme mencionado na nota explicativa 17.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em 22 de março de 2019. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

As principais políticas contábeis descritas em detalhe em parte dos itens abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras pelas entidades controladas pela Companhia.

b) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

c) Continuidade operacional

No exercício de 2018, a Sociedade apresentou prejuízo consolidado de R\$540.530 (R\$858.666 em 31 de dezembro de 2017), capital circulante consolidado negativo de R\$226.621 (positivo em R\$54.589 em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido consolidado negativo em R\$175.241 (positivo em R\$332.930 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia possui fluxo de caixa projetado para os próximos de 22 anos, uma vez que a maioria dos contratos existentes e previstos são de longo prazo, o que garante para empresa segurança sobre seus resultados futuros.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras— Continuação

c) Continuidade operacional--Continuação

As estratégias financeiras previstas e em andamento para curto prazo são as seguintes:

- Negociar com BNDES, Bradesco e Santander a postergação do vencimento das parcelas dos empréstimos descritos na nota explicativa nº 20 e discutir melhores condições que fortaleçam o fluxo de caixa da companhia no curto prazo; e
- Emitir novas ações ordinárias para aumentar a participação acionária do Porto de Antuérpia através da integralização de R\$36,7 milhões, conforme nota explicativa nº 32.
- Buscar novas formas de obtenção de recursos para conclusão das obras em andamento e o prosseguimento dos planos de negócios.

Com base no plano de negócios aprovado pela administração, não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) **Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

— Nota explicativa 25: Reconhecimento de receita: se a receita de prestação de serviço portuário é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras— Continuação

e) Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

— Nota explicativa 10: Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

— Nota explicativa 18: Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

— Nota explicativa 23: Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras— Continuação

e) Uso de estimativas e julgamentos—Continuação

Mensuração do valor justo—Continuação

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 16: Propriedade para investimento;
- Nota explicativa 30: Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos; e
- Nota explicativa 3: Aquisição de investidas.

f) Mudanças nas principais políticas contábeis

- CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente foram aplicados.

O CPC 47/IFRS 15 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia com relação a outras fontes de receita. Para obter informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receita, consulte a Nota explicativa nº 25 - Receita líquida.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras— Continuação

f) Mudanças nas principais políticas contábeis

- CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

O CPC 48 (IFRS 9) substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de perda de crédito esperada ("ECL - Expected Credit Loss"). Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que são determinadas com base em probabilidades ponderadas.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Classificação e mensuração de ativos financeiro

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio de resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, empréstimos e contas a receber e disponíveis para a venda. A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38 (IAS 39) e as novas categorias de mensuração do CPC 48 (IFRS 9) para títulos e valores mobiliários em 1º de janeiro de 2018, conforme Nota Explicativa nº 30 - Instrumentos Financeiros:

Classificação original de acordo com CPC 38 / IAS 39	Valor contábil original de acordo com CPC 38 / IAS 39 Em 31 de dezembro de 2017	Nova classificação de acordo com CPC48 / IFRS 9	Novo valor contábil de acordo com CPC 48 / IFRS 9 Em 31 de dezembro de 2017
Mantidos até o vencimento	5.154	Custo amortizado	5.154

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras— Continuação

f) Mudanças nas principais políticas contábeis--Continuação

- CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros--Continuação

Os investimentos em instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente a valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), custo amortizado ou valor justo por meio do resultado abrangente (“FVOCI”).

A classificação é baseada em duas condições: o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e se os termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (“SPPI”).

A categoria FVOCI inclui apenas instrumentos patrimoniais que não os mantidos para venda e, para os quais a Companhia elegeu de forma irrevogável essa designação quando do seu reconhecimento inicial. Os ganhos ou perdas dos instrumentos patrimoniais classificados como FVOCI não são reciclados para o resultado quando da sua baixa e também não estão sujeitos a avaliação de *impairment* pela IFRS 9.

A Companhia desenvolveu políticas e metodologias para a mensuração dos riscos de crédito para os instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018. A metodologia apresentada considera informações e estudos disponíveis no mercado, aliados a critérios estabelecidos internamente.

(i) Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de Corporate Default publicado pela S&P em 13/04/17, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating.

O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Fitch Ratings, Moody’s e Standard & Poor’s. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Companhia possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2018 são classificadas entre AAA e A, com base na média de suas classificações nas empresas de rating listadas acima.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras— Continuação

f) Mudanças nas principais políticas contábeis--Continuação

- CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros--Continuação

(i) Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos, Valores Mobiliários e Depósitos Bancários Vinculados --Continuação

Os efeitos para 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados nas Notas explicativas nº 6 e 7 - Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos bancários vinculados.

Em milhares de reais

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda ¹	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	78.886	0,01%	(8)
Nível 2	AA	-	0,02%	-
Nível 3	A	-	0,06%	-
Nível 4	BBB	-	0,18%	-
Nível 5	BB	-	0,72%	-
Nível 6	B	-	3,59%	-
Nível 7	CCC/C	-	26,82%	-
Total		78.886		(8)

¹Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 05/04/18

(ii) Contas a Receber

Para os contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico no qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e a perda estimada para recebíveis, separados em 6 níveis, de acordo com a data de vencimento desses recebíveis, em 31 de dezembro de 2018:

Em milhares de reais

Nível de Risco	Rating ¹	Saldo Bruto	Taxa de perda ¹	Provisão de Perda
Nível 1	A Vencer	84.903	0,5%	(454)
Nível 2	Vencido até 30 dias	5.154	0,6%	(33)
Nível 3	Vencido de 31-90 dias	880	5,3%	(47)
Nível 4	Vencido de 91-180 dias	419	18,6%	(78)
Nível 5	Vencido de 181-360 dias	328	86,8%	(285)
Nível 6	Vencido há mais de 360 dias	13	100,0%	(13)
Total		91.697		(910)

¹Rating e Taxa de Perda interna da Companhia

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e pelas entidades do Grupo.

a) Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas, descritas na Nota explicativa 3 - Empresas do Grupo.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação das controladas

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pela Porto do Açú, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora;

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais, para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira, são convertidos para o real utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

b) Moeda estrangeira--Continuação

Transações em moeda estrangeira -Continuação

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários.

d) Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, A Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

- Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificava os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
 - ativos financeiros mantidos para negociação;
 - instrumentos derivativos de hedge; ou
 - ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

Ativos Financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para a venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por <i>impairment</i> , juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Porto do Açú e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

g) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização nos propósitos da Administração.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

i) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrentes dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para colocá-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os respectivos montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

Conforme CPC 28 - Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento.

j) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros--Continuação

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos mesmos.

l) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

n) Receita operacional

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento.

O Grupo adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada em 2017 não foi rerepresentada, com isso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral não foram aplicados à informação comparativa.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

As principais receitas do Grupo são provenientes de:

(i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado.

(ii) Serviços portuários

Prestação de serviços portuários, direito de acesso e operações logísticas.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

q) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito for considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

r) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, conforme Nota explicativa 30.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

s) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

- CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

s) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

(i) *Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário (continuação)*

Com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$3.214 a R\$3.169 considerando taxas de desconto entre 10,6% e 11,7% respectivamente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na Nota explicativa 20.

(ii) *Transição*

O Grupo pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem atualização das informações comparativas. O Grupo planeja aplicar os expedientes práticos permitidos pela norma.

A Companhia reuniu uma equipe que revisou durante o ano de 2018 todos os contratos de arrendamento da Companhia à luz das novas regras contábeis de arrendamento introduzidas pelo IFRS 16.

- Outras alterações à normas e interpretações contábeis:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2) / IAS 28).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	1.299	3.394	1.435	3.547
Equivalentes de caixa				
Operações compromissadas	12.819	1.178	18.112	2.218
CDBs	42.027	7.908	43.231	14.900
	54.846	9.086	61.343	17.118
Provisão de perdas estimadas	(3)	-	(4)	-
	56.142	12.480	62.774	20.665

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Os fundos de investimentos têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição. Aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários-- Continuação

b) Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Títulos públicos	6.652	2.735	11.320	5.154
Provisão de perdas estimadas	(3)	-	(3)	-
	6.649	2.735	11.317	5.154

Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos através do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.

7. Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	2018	2017
Porto do Açú (*)	4.768	6.741
GSA	20	20
	4.788	6.761
Provisão de perdas estimadas	(1)	-
	4.787	6.761
Circulante	70	53
Não circulante	4.717	6.708

(*) Depósito de recursos no Banco Santander realizados pela Porto do Açú que consistem em obrigação de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação n. IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Partes relacionadas - Cessão do direito real de superfície (Partes relacionadas - Nota 19)	989	968	989	968
Cessão do direito real de superfície (a)	69.956	79.299	69.956	79.299
Serviços portuários (b)	7.301	8.018	7.301	8.018
Serviço de transbordo de petróleo	-	16.573	-	16.573
Serviço de transporte (c)	3.990	5.092	3.990	5.092
Comissão sobre faturamento de terceiros	1.148	-	1.148	-
Reembolso de energia	-	18	-	18
Fornecimento de água	-	-	9.302	3.910
	83.384	109.968	92.686	113.878
Provisão de perdas estimadas	(859)	-	(910)	-
	82.525	109.968	91.776	113.878
Circulante	27.146	51.863	36.397	55.773
Não circulante	55.379	58.105	55.379	58.105

O saldo a receber refere-se a:

- Cessão do direito real de superfície de terrenos do Porto do Açu relativo aos clientes: Technip, Wärtsilä, NOV, Intermoor, Edison Chouest, Embratel, Acciona e outros;
- Serviços portuários compreendem armazenagem de cargas soltas, cargas de projetos de granéis sólidos, pesagem e serviço de recepção; e
- Serviços de transportes com atividades de descarga e transporte de carvão siderúrgico.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre serviços ("ISS")	552	2.609	552	2.609
Imposto sobre circulação mercadorias ("ICMS")	2.098	1.031	2.098	1.031
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	598	792	1.301	1.835
Programa de integração social ("PIS")	3.216	6.400	3.216	6.400
Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS")	12.747	28.041	12.747	28.041
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	-	1.328	985
Outros	87	40	94	57
	19.298	38.913	21.336	40.958
Circulante	16.695	36.310	18.733	38.355
Não circulante	2.603	2.603	2.603	2.603

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Impostos diferidos

A Companhia e suas controladas registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto que as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	458.279	369.443	458.650	369.782
Base negativa de contribuição social	164.980	132.999	165.114	133.122
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	48.598	59.593	48.633	59.635
Provisão para gratificação/bônus	3.184	1.363	3.198	1.363
Provisão para perdas estimadas	294	-	312	-
Provisão para devedores duvidosos	15.492	15.492	15.492	15.492
Provisão contingências	2.975	109	2.975	109
Provisão outras taxas	2.666	2.666	2.666	2.666
Provisão para perda em investimentos	45.883	45.883	53.000	53.000
Outros	4	4	4	4
Total de créditos fiscais diferidos ativos	742.355	627.552	750.044	635.173
Provisão para realização				
IR diferido não reconhecido - <i>valuation allowance</i> (b)	(661.548)	(358.488)	(669.206)	(366.109)
Total de impostos diferidos ativos	80.807	269.064	80.838	269.064
Diferença temporária - juros capitalizados	(42.470)	(48.394)	(42.470)	(48.394)
Total de impostos diferidos	38.337	220.670	38.368	220.670

(a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.

(b) Trata-se de IR diferido não reconhecido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, além da controladora, proveniente das controladas G3X, GSA e SNF em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros.

Adicionalmente, partir de 1º de janeiro de 2017, a controladora Porto do Açú passou a constituir provisão para perda de créditos fiscais referente ao imposto diferido apurado a partir desta data e, em 31 de dezembro de 2017, constituiu uma provisão para perda adicional no montante de R\$358.488 referente a créditos não reconhecidos no exercício. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi constituído uma perda de créditos no montante de R\$303.060. Esta provisão será revertida na medida em que a sua realização for provável, mediante estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do ativo fiscal em um período de 10 anos.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Depósitos restituíveis

	<u>2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas (recebimentos)</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>2018</u>
Porto do Açú	19.865	-	(2.910)	1.220	18.175
	<u>19.865</u>		<u>(2.910)</u>	<u>1.220</u>	<u>18.175</u>

A partir de julho de 2011, a Porto do Açú passou a adquirir dos proprietários e/ou possuidores de imóveis desapropriados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro ("CODIN") os direitos sobre as áreas por eles ocupadas. O objetivo é auxiliar os ocupantes que concordam com os valores de avaliação da CODIN a receberem suas indenizações, tendo em vista a precariedade da documentação da maioria. Em razão do grande número de interessados que se apresentaram, as aquisições tiveram como consequência a aceleração na desocupação de áreas destinadas ao Distrito Industrial de São João da Barra em geral, inclusive aquelas que são objeto da Promessa de Compra e Venda da Companhia com a CODIN.

A Porto do Açú, em 2018, recuperou o montante de R\$2.910 depositado em juízo em virtude do cumprimento dos requisitos legais em dois processos envolvendo terrenos adquiridos pela Companhia no âmbito do mencionado programa.

O recebimento pela Companhia das indenizações pela CODIN nas ações de desapropriação somente ocorre quando da regularização do título de propriedade e da comprovação da quitação de dívidas fiscais com relação a cada imóvel, nos termos do art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

É importante ressaltar que são inúmeras as variáveis que influenciam na viabilidade de regularização dos referidos títulos de propriedade e da situação fiscal dos imóveis. Nesse sentido, tendo em vista o decurso do tempo entre as aquisições e o presente momento, observa-se um aumento na resistência dos vendedores ou seus sucessores em colaborar com o processo de regularização, inclusive com a recusa no fornecimento de documentos essenciais. Essa situação, somada à necessidade de judicialização de alguns casos, tornou indispensável a revisão da provisão de perda para que englobasse situações que possuem um processo de regularização mais complexo. Nos casos considerados remotos de recebimento foi apurado o valor de R\$66.909 entre valor de principal e atualização dos depósitos e consequentemente constituída uma provisão para perda nesse montante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Não foram identificadas novas perdas a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estima expectativa possível de perda no montante de R\$74.502 relacionadas a regularização definitiva de propriedade destas propriedades.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Porto do Açu	24.598	24.047
	24.598	24.047

Em 2 de dezembro de 2010, a Porto do Açu depositou em juízo o valor de R\$8.000, para a futura aquisição do imóvel denominado Fazenda Palacete, de propriedade da Cia. Açucareira Usina Barcelos ("CAUB"), pois estava com pedido de recuperação judicial pendente de apreciação. O juiz determinou nova avaliação do imóvel, e requereu novo depósito adicional de R\$1.172, integralmente efetuado em 18 de setembro de 2012. O alvará judicial autorizando a venda foi expedido em setembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2018, o valor corrigido totaliza R\$15.130 (R\$14.574 em 31 de dezembro de 2017) e R\$104 (R\$486 em 31 de dezembro de 2017) referente a outros processos.

Em 2013, a Porto do Açu ingressou com ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas, nos termos do "Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas," celebrado em 06 de outubro de 2010 ("Contrato"). Na referida ação, a Porto do Açu obteve a concessão de medida liminar autorizando o depósito judicial da remuneração estabelecida no Contrato. Neste contexto, os depósitos judiciais efetuados em nome da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, em 31 de dezembro de 2015, totalizaram R\$7.614. A ação judicial que discute o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas ainda está pendente de julgamento e os valores permanecem depositados em juízo. Em 31 de dezembro de 2018, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza R\$9.364 (R\$8.987 em 31 de dezembro de 2017).

13. Debêntures

(a) Debêntures OSX

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Debêntures	659.393	659.393
DIP	10.961	10.961
Total	670.354	670.354
(-) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")	(10.961)	(10.961)
Total	659.393	659.393

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Debêntures---Continuação

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. ("OSX"), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açu subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$723.716 nas seguintes condições:

Data de vencimento: 20 anos

Amortização do Principal: em uma única parcela, na data do vencimento

Cálculo dos juros remuneratórios: 100% do CDI

Pagamento dos juros: a partir do 6º ano

Adicionalmente, nos termos do referido plano de recuperação judicial, a Porto do Açu concedeu para a OSX o valor de R\$10.961 na forma de empréstimo ("DIP"), em 29 de janeiro de 2016. Este valor também foi utilizado para subscrição e integralização de debêntures emitidas pela OSX.

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é de R\$734.677, sendo composto por: (i) R\$646.886 relativos aos custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$34.580 referentes à cessão do direito real de superfície, cujo saldo até julho de 2014 foi provisionado para perda; e (v) R\$29.743, devidos a partir de agosto de 2014, não contabilizados por não atender os critérios de reconhecimento de receita, descritos no CPC 30 - Receita, no que tange à improbabilidade de benefícios econômicos associados a essa transação.

Caso, eventualmente, a OSX não honre o acordo, o montante de R\$646.886 de custos de construção do canal será agregado ao custo de construção do Terminal T2 e os R\$12.507 da linha de transmissão serão agregados a propriedades para investimento e deverão ser futuramente recuperados por meio das respectivas operações. Conforme divulgado na Nota explicativa nº 17 - Imobilizado, estes valores foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total do crédito e de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, a Administração entende que não é adequado o reconhecimento contábil dos juros remuneratórios das debêntures, no montante aproximado de R\$315.808 até 31 de dezembro de 2018 (R\$258.871 em 2017), bem como constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Créditos e obrigações com terceiros

(a) Créditos com terceiros

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Créditos com OSX	83.218	83.218
(-) Provisão para perda estimada	(3.203)	(3.203)
Créditos com OSX (*)	80.015	80.015
Outros	186	757
	80.201	80.772
Circulante	170	757
Não circulante	80.031	80.015

(*) Este montante é composto por: (i) R\$64.668 referente a custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.000 adiantamento de aluguel da área utilizada pela Dome pago à OSX; (iii) R\$8.550 retenção contratual de fornecedores faturados contra OSX e liquidados pela Porto do Açu; e (iv) R\$(3.203) de provisão para perdas referente a despesas de compartilhamento de custos de sustentabilidade.

Após o acordo judicial mencionado na nota anterior, a Porto do Açu ainda pagou diretamente aos fornecedores os custos relacionados à construção do canal do T2. Dessa forma, no caso da OSX não honrar essa dívida apenas o valor de R\$64.668 será agregado ao custo de construção do T2 e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações portuárias. Conforme divulgado na Nota explicativa 17 - Imobilizado, os créditos com a OSX foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

(b) Obrigações com terceiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia tem obrigações com a OSX no montante de R\$19.880.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Investimentos

a) Participações societárias

31 de dezembro de 2018											
Controladas diretas	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	40.223	40.103	37	40.066	40.223	-	95	-	-	(252)
Reserva Ambiental Caruara	98,96%	17.302	17.910	115	17.795	17.302	-	229	264	-	-
G3X	99,99%	38.638	158	15	143	38.638	-	-	-	94	(38.589)
Águas Industriais	100,00%	8.432	12.972	2.364	10.608	8.432	237	1.939	-	-	-
SNF	99,99%	43.955	43.150	53	43.097	43.955	-	-	-	-	(858)

31 de dezembro de 2017											
Controladas diretas	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	33.465	39.693	66	39.627	39.878	-	95	-	-	(346)
Reserva Ambiental Caruara	99,05%	16.640	17.893	543	17.350	16.655	-	211	485	-	-
G3X	99,99%	38.539	177	-	177	38.582	-	-	-	31	(38.436)
Águas Industriais	100,00%	5	6.413	2.612	3.801	2.254	-	103	1.445	-	-
SNF	99,99%	42.463	42.591	50	42.541	43.306	-	-	-	-	(765)

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

a) Participações societárias--Continuação

Movimentações - Controladora

Controladas diretas	2017	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda na variação percentual	Dividendos	Equivalência patrimonial	2018
GSA	39.624	345	-	-	-	93	40.062
Reserva Ambiental Caruara	17.185	647	-	-	(574)	368	17.626
G3X	(658)	56	-	63	-	(154)	(693)
Águas Industriais	3.802	6.178	-	-	(2.092)	2.720	10.608
SNF	42.541	649	-	-	-	(93)	43.097
Outros	3	65	-	(63)	-	-	5
	102.497	7.940	-	-	(2.666)	2.934	110.705

Controladas diretas	2016	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda na variação percentual	Dividendos	Equivalência patrimonial	2017
GSA	39.310	6.413	(6.412)	-	-	313	39.624
Reserva Ambiental Caruara	17.705	15	-	13	(1.222)	674	17.185
G3X	(656)	43	(25)	15	-	(35)	(658)
Águas Industriais	58	2.248	(130)	-	(481)	2.106	3.802
SNF	41.937	843	-	-	-	(239)	42.541
Outros	8	15	-	(19)	-	-	3
	98.362	9.578	(6.567)	9	(1.703)	2.819	102.497

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Propriedades para investimento

	Consolidado			2018
	2017	Adições	Baixas	
Porto do Açu	467.016	8.166	(96)	475.086
GSA	31.611	84	-	31.695
Reserva Ambiental Caruara	5.250	-	(6)	5.244
SNF	42.375	550	-	42.924
	546.252	8.800	(102)	554.950

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açu. As adições demonstradas no quadro referem-se, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras.

A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Propriedades para Investimento--Continuação

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil *CPC 28 - Propriedades para investimento*, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$1.181.075 equivalente a 1,7MM m² da área total (R\$1.079.277 em 31 de dezembro de 2017). Para os não arrendados a Companhia calculou o valor justo em R\$3.083.794.

17. Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Porto do Açu	3.032.334	2.924.084	3.031.503	2.923.249
Reserva Ambiental Caruara	-	-	9.241	9.242
Pedreira Sapucaia	-	-	461	462
Águas Industriais	-	-	1.673	1.286
	3.032.334	2.924.084	3.042.878	2.934.239

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Composição dos saldos

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Controladora			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2018	Líquido 2017
Edificações	3,93	87.250	(9.930)	77.320	74.628
Pier de apoio T2	1,67	282.390	(17.644)	264.646	253.175
Canal T2	6,67	731.491	(180.727)	550.764	543.083
Defensas T2	10,00	17.144	(7.120)	10.024	10.988
Pier T-Mult	1,67	281.277	(14.967)	266.310	217.242
Defensas Pier T-Mult	10,00	201	(71)	130	142
Quebra-Mar T2	1,67	1.479.434	(81.128)	1.398.406	1.334.267
Vias de acesso	6,17	49.139	(10.918)	38.221	40.274
Pier molhe sul T2	1,67	45.925	(928)	44.997	34.010
Benfeitorias	4,00	67	(6)	67	12
Instalações	6,08	125.024	(30.146)	94.878	102.636
Móveis e utensílios	10,03	2.383	(1.235)	1.148	1.318
Equipamentos de informática	19,72	11.475	(6.921)	4.554	5.973
Máquinas e equipamentos	9,55	116.883	(15.318)	101.565	102.888
Veículos	17,79	672	(6467)	5	3
Terrenos		68.972	24	68.996	67.972
		3.299.727	(377.696)	2.922.031	2.788.611
Adiantamentos para formação de imobilizado		6.352	-	6.352	21.253
Obras em andamento e equipamentos em construção		103.951	-	103.951	114.220
		110.303	-	110.303	135.473
		3.410.030	(377.696)	3.032.334	2.924.084

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2018	Líquido 2017
Edificações	3,93	87.250	(9.929)	77.321	74.629
Pier de apoio T2	1,67	282.390	(17.644)	264.746	253.175
Canal T2	6,67	731.494	(180.727)	550.767	543.083
Defensas T2	10,00	17.144	(7.120)	10.024	10.988
Pier T-Mult	1,67	281.277	(14.967)	266.310	217.242
Defensas Pier T-Mult	10,00	201	(71)	130	142
Quebra-Mar T2	1,67	1.478.598	(81.128)	1.397.470	1.334.267
Vias de acesso	6,17	49.139	(10.918)	38.221	40.274
Pier molhe sul T2	1,67	45.925	(928)	44.997	34.010
Benfeitorias	4,00	67	-	67	12
Instalações	6,08	125.024	(30.146)	94.878	102.636
Móveis e utensílios	10,03	2.384	(1.234)	1.150	1.320
Equipamentos de informática	19,72	11.570	(6.926)	4.644	5.981
Máquinas e equipamentos	9,55	117.012	(15.321)	101.691	102.923
Veículos	16,61	694	(643)	51	25
Terrenos		78.658	-	78.658	77.658
		3.308.827	(377.702)	2.931.125	2.798.365
Adiantamentos para formação de imobilizado		6.348	-	6.348	21.252
Obras em andamento e equipamentos em construção		105.405	-	105.405	114.622
		111.753	-	111.753	135.874
		3.420.580	(377.702)	3.042.878	2.934.239

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo e depreciação

	Controladora					2018
	2017	Movimentação				
	Custo	Adições	Baixas	Reversão de impairment	Transferências	Custo
Custo						
Edificações	81.052	392	-	-	5.806	87.250
Pier de apoio T2	266.030	-	-	15.535	825	282.390
Canal T2	674.789	-	-	37.049	19.653	731.491
Defensas T2	16.365	-	-	779	-	17.144
Pier Tmult	227.612	-	-	14.646	39.019	281.277
Defensas Pier T-Mult	192	-	-	9	-	201
Quebra-Mar T2	1.390.255	-	-	85.996	3.183	1.479.434
Vias de acesso	47.591	-	-	1.548	-	49.139
Pier molhe sul T2	34.251	-	-	1.308	10.366	45.925
Benfeitorias	18	67	(18)	-	-	67
Instalações	124.753	271	-	-	-	125.024
Móveis e utensílios	2.324	59	-	-	-	2.383
Equipamentos de informática	10.949	526	-	-	-	11.475
Máquinas e equipamentos	112.461	2.225	(118)	-	2.315	116.883
Veículos	667	29	(24)	-	-	672
Terrenos	67.972	-	-	-	1.000	68.972
	3.057.281	3.569	(160)	156.870	82.167	3.299.727
Adiantamentos para formação de imobilizado	21.253	298	(21)	-	(15.178)	6.352
Obras em andamento e equipamentos em construção	114.220	56.720	-	-	(66.989)	103.951
	135.473	57.018	(21)	-	(82.167)	110.303
	3.192.754	60.587	(181)	156.870	-	3.410.030
Depreciação						
Edificações	(6.424)	(3.506)	-	-	-	(9.930)
Pier de apoio T2	(12.855)	(4.789)	-	-	-	(17.644)
Canal T2	(131.706)	(49.021)	-	-	-	(180.727)
Defensas T2	(5.377)	(1.743)	-	-	-	(7.120)
Pier T-Mult	(10.370)	(4.597)	-	-	-	(14.967)
Defensas Pier T-Mult	(50)	(21)	-	-	-	(71)
Quebra-Mar T2	(55.988)	(25.140)	-	-	-	(81.128)
Vias de acesso	(7.317)	(3.601)	-	-	-	(10.918)
Pier molhe sul T2	(241)	(687)	-	-	-	(928)
Benfeitorias	(6)	-	6	-	-	-
Instalações	(22.117)	(8.029)	-	-	-	(30.146)
Móveis e utensílios	(1.006)	(229)	-	-	-	(1.235)
Equipamentos de informática	(4.976)	(1.945)	-	-	-	(6.921)
Máquinas e equipamentos	(9.573)	(5.745)	-	-	-	(15.318)
Veículos	(664)	(3)	24	-	-	(643)
	(268.670)	(109.056)	30	-	-	(377.696)
Saldo líquido	2.924.084	(48.469)	(151)	156.870	-	3.032.334

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo e depreciação

	Controladora				2017	
	2016	Movimentação				2017
	Custo	Adições	Baixas	Perda por Impairment	Transferências (*)	Custo
Custo						
Edificações	68.935	933	-	-	11.184	81.052
Pier de apoio T2	225.263	215	-	(13.356)	53.909	266.030
Canal T2	688.161	2.179	-	(28.648)	13.096	674.789
Defensas T2	16.958	-	-	(580)	(13)	16.365
Pier T-Mult	241.235	2.005	-	(11.460)	(4.168)	227.612
Defensas Pier T-Mult	199	-	-	(7)	-	192
Quebra-Mar T2	1.328.073	11.247	-	(70.385)	121.320	1.390.255
Vias de acesso	49.337	392	-	(2.124)	(14)	47.591
Pier molhe sul T2	-	-	-	(1.794)	36.045	34.251
Benfeitorias	18	-	-	-	-	18
Instalações	122.729	33	-	-	1.991	124.753
Móveis e utensílios	2.185	139	-	-	-	2.324
Equipamentos de informática	8.916	1.793	-	-	240	10.949
Máquinas e equipamentos	53.049	3.421	-	-	55.991	112.461
Veículos	667	-	-	-	-	667
Terrenos	7.721	-	(603)	-	60.854	67.972
	2.813.446	22.357	(603)	(128.354)	350.435	3.057.281
Adiantamentos para formação de imobilizado	54.575	493	(1.305)	-	(32.510)	21.253
Obras em andamento e equipamentos em construção	353.045	81.883	-	-	(320.708)	114.220
	407.620	82.376	(1.305)	-	(353.218)	135.473
	3.221.066	104.733	(1.908)	(128.354)	(2.783)	3.192.754
Depreciação						
Edificações	(3.253)	(3.171)	-	-	-	(6.424)
Pier de apoio T2	(8.524)	(4.331)	-	-	-	(12.855)
Canal T2	(84.119)	(47.587)	-	-	-	(131.706)
Defensas T2	(3.634)	(1.743)	-	-	-	(5.377)
Pier T-Mult	(6.158)	(4.212)	-	-	-	(10.370)
Defensas Pier T-Mult	(29)	(21)	-	-	-	(50)
Quebra-Mar T2	(31.874)	(24.114)	-	-	-	(55.988)
Vias de acesso	(3.687)	(3.630)	-	-	-	(7.317)
Pier molhe sul T2	-	(241)	-	-	-	(241)
Benfeitorias	(5)	(1)	-	-	-	(6)
Instalações	(13.140)	(8.977)	-	-	-	(22.117)
Móveis e utensílios	(780)	(226)	-	-	-	(1.006)
Equipamentos de informática	(3.200)	(1.776)	-	-	-	(4.976)
Máquinas e equipamentos	(4.433)	(5.140)	-	-	-	(9.573)
Veículos	(651)	(13)	-	-	-	(664)
	(163.487)	(105.183)	-	-	-	(268.670)
Saldo líquido	3.057.579	(450)	(1.908)	(128.354)	(2.783)	2.924.084

(*) O valor de R\$(2.783) na controladora e consolidado refere-se a R\$(491) de transferência para Impostos a recolher (ICMS DIFAL), crédito de Pis/Cofins no montante de R\$(1.805), R\$(587) referente a valores transferidos para propriedade para investimento, e transferência de R\$100 referente a Licença de Software (Ambiente de Homologação) integrado ao Servidor Central da área Operacional do T-Mult com efeito na conta de Equipamentos de Informática, conforme Nota Explicativa nº 18 - Intangíveis.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo e depreciação

	Consolidado					2018
	2017	Movimentação			Custo	
	Custo	Adições	Baixas	Reversão de Impairment		
Custo						
Edificações	81.052	392	-	-	5.806	87.250
Pier de apoio T2	266.030	-	-	15.535	825	282.390
Canal T2	674.789	-	-	37.049	19.656	731.494
Defensas T2	16.365	-	-	779	-	17.144
Pier T-Mult	227.612	-	-	14.646	39.019	281.277
Defensas Pier T-Mult	192	-	-	9	-	201
Quebra-Mar T2	1.390.255	-	-	85.996	2.347	1.478.598
Vias de acesso	47.591	-	-	1.548	-	49.139
Pier molhe sul T2	34.251	-	-	1.308	10.366	45.925
Benfeitorias	18	67	(18)	-	-	67
Instalações	124.753	271	-	-	-	125.024
Móveis e utensílios	2.324	60	-	-	-	2.384
Equipamentos de informática	10.957	613	-	-	-	11.570
Máquinas e equipamentos	112.497	2.318	(118)	-	2.315	117.012
Veículos	689	29	(24)	-	-	694
Terrenos	77.658	-	-	-	1.000	78.658
	3.067.033	3.750	(160)	156.870	81.334	3.308.827
Adiantamentos para formação de imobilizado	21.252	298	(21)	-	(15.181)	6.348
Obras em andamento e equipamentos em construção	114.622	56.936	-	-	(66.153)	105.405
	135.874	57.234	(21)	-	(81.334)	111.753
	3.202.907	60.984	(181)	156.870	-	3.420.580
Depreciação						
Edificações	(6.423)	(3.506)	-	-	-	(9.929)
Pier de apoio T2	(12.855)	(4.789)	-	-	-	(17.644)
Canal T2	(131.706)	(49.021)	-	-	-	(180.727)
Defensas T2	(5.377)	(1.743)	-	-	-	(7.120)
Pier T-Mult	(10.370)	(4.597)	-	-	-	(14.967)
Defensas Pier T-Mult	(50)	(21)	-	-	-	(71)
Quebra-Mar T2	(55.988)	(25.140)	-	-	-	(81.128)
Vias de acesso	(7.317)	(3.601)	-	-	-	(10.918)
Pier molhe sul T2	(241)	(687)	-	-	-	(928)
Benfeitorias	(6)	-	6	-	-	-
Instalações	(22.117)	(8.029)	-	-	-	(30.146)
Móveis e utensílios	(1.004)	(230)	-	-	-	(1.234)
Equipamentos de informática	(4.976)	(1.950)	-	-	-	(6.926)
Máquinas e equipamentos	(9.574)	(5.747)	-	-	-	(15.321)
Veículos	(664)	(3)	24	-	-	(643)
	(268.668)	(109.064)	30	-	-	(377.702)
Saldo líquido	2.934.239	(48.080)	(151)	156.870	-	3.042.878

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo e depreciação

	Consolidado					2017
	2016	Movimentação			2017	
		Custo	Adições	Baixas		
Custo						
Edificações	68.935	933	-	-	11.184	81.052
Pier de apoio T2	225.263	215	-	(13.356)	53.908	266.030
Canal T2	688.161	2.179	-	(28.648)	13.097	674.789
Defensas T2	16.958	-	-	(580)	(13)	16.365
Pier T-Mult	241.235	2.005	-	(11.460)	(4.168)	227.612
Defensas Pier T-Mult	199	-	-	(7)	-	192
Quebra-Mar T2	1.328.073	11.247	-	(70.385)	121.320	1.390.255
Vias de acesso	49.337	392	-	(2.124)	(14)	47.591
Pier molhe sul T2	-	-	-	(1.794)	36.045	34.251
Benfeitorias	18	-	-	-	-	18
Instalações	122.729	33	-	-	1.991	124.753
Móveis e utensílios	2.185	139	-	-	-	2.324
Equipamentos de informática	8.916	1.801	-	-	240	10.957
Máquinas e equipamentos	53.049	3.457	-	-	55.991	112.497
Veículos	689	-	-	-	-	689
Terrenos	17.407	-	(603)	-	60.854	77.658
	2.823.154	22.401	(603)	(128.354)	350.435	3.067.033
Adiantamentos para formação de imobilizado	54.688	379	(1.305)	-	(32.510)	21.252
Obras em andamento e equipamentos em construção	352.280	83.050	-	-	(320.708)	114.622
	406.968	83.429	(1.305)	-	(353.218)	135.874
	3.230.122	105.830	(1.908)	(128.354)	(2.783)	3.202.907
Depreciação						
Edificações	(3.252)	(3.171)	-	-	-	(6.423)
Pier de apoio T2	(8.524)	(4.331)	-	-	-	(12.855)
Canal T2	(84.119)	(47.587)	-	-	-	(131.706)
Defensas T2	(3.634)	(1.743)	-	-	-	(5.377)
Pier T-Mult	(6.158)	(4.212)	-	-	-	(10.370)
Defensas Pier T-Mult	(29)	(21)	-	-	-	(50)
Quebra-Mar T2	(31.874)	(24.114)	-	-	-	(55.988)
Vias de acesso	(3.687)	(3.630)	-	-	-	(7.317)
Pier molhe sul T2	-	(241)	-	-	-	(241)
Benfeitorias	(5)	(1)	-	-	-	(6)
Instalações	(13.140)	(8.977)	-	-	-	(22.117)
Móveis e utensílios	(778)	(226)	-	-	-	(1.004)
Equipamentos de informática	(3.200)	(1.776)	-	-	-	(4.976)
Máquinas e equipamentos	(4.433)	(5.141)	-	-	-	(9.574)
Veículos	(651)	(13)	-	-	-	(664)
	(163.484)	(105.184)	-	-	-	(268.668)
Saldo líquido	3.066.638	646	(1.908)	(128.354)	(2.783)	2.934.239

(*) O valor de R\$(2.783) na controladora e consolidado refere-se a R\$(491) de transferência para Impostos a recolher (ICMS DIFAL), crédito de Pis/Cofins no montante de R\$(1.805), R\$(587) referente a valores transferidos para propriedade para investimento e transferência de R\$100 referente a Licença de Software (Ambiente de Homologação) integrado ao Servidor Central da área Operacional do T-Mult com efeito na conta de Equipamentos de Informática, conforme Nota Explicativa nº 18 - Intangíveis.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

- Obras em andamento

Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2018, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção, é composto por obras complementares de infraestrutura geral no valor de R\$103.951 (R\$114.220 em 31 de dezembro de 2017).

Na controlada Águas Industriais do Açu o saldo de obras em andamento é de R\$1.454 (R\$1.245 em 31 de dezembro de 2017) referente a gastos com projetos para o sistema de águas do porto.

- Instalações portuárias

As principais instalações do píer de apoio offshore T2, do canal T2 e do píer TMULT, bem como a estrutura do quebra-mar T2, se encontram operacionais e sendo depreciadas.

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração revisa, trimestralmente, indicadores de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A Companhia considera suas atividades portuárias e arrendamento de retroárea e na movimentação e armazenagem de containers, veículos, granéis sólidos e cargas soltas como uma única UGC Industrial *Hub/T-Mult*.

Em 31 de dezembro de 2018, na revisão dos testes de recuperabilidade dessa UGC, a Companhia identificou a melhora do ambiente macroeconômico, com a perspectiva de medidas benéficas na esfera dos negócios, corroborado pela assinatura de novos contratos, como o de locação de área para instalação das térmicas das GNA. Este cenário favorece os empreendimentos da Companhia, pois torna atrativo os investimentos dos clientes, tendo como isso impactado na recuperabilidade dos ativos da UGC *Industrial Hub/T-Mult*. Houve também revisão de algumas projeções de CAPEX, baseado na performance histórica e premissas de desenvolvimento do Porto, elaboradas com base no planejamento estratégico e no plano de negócios da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes—Continuação

Portanto a Companhia refazendo o teste de *impairment* verificou a necessidade de reversão parcial da provisão no valor de R\$156.870 da perda já constituída, conforme tabela abaixo:

Consolidado (BR GAAP)				
	2018			2017
Ativos ou unidade geradora de caixa	Valor contábil (a)	Valor em uso	Impairment	Impairment
Industrial Hub/T-Mult	4.409.890	4.315.594	(94.296)	(257.236)

Consolidado (IFRS)				
	2018			2017
Ativos ou unidade geradora de caixa	Valor contábil (a)	Valor em uso	Impairment	Impairment
Industrial Hub/T-Mult	4.373.978	4.315.594	(58.384)	(215.253)

(a) O valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível e diferido, propriedades para investimento e debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros) e sem o efeito de provisões de *impairment*.

Movimentação da provisão

	2017	Adições	Reversão (a)	2018
Industrial Hub/T-Mult	(257.236)	-	162.940	(94.296)
Pedreira Sapucaia	(16.684)	-	-	(16.684)
	(273.920)	-	162.940	(110.980)

	2016	Adições	Reversão (a)	2017
Industrial Hub/T-Mult	(134.952)	(128.354)	6.070	(257.236)
Pedreira Sapucaia	(16.684)	-	-	(16.684)
	(151.636)	(128.354)	6.070	(273.920)

(a) Reversão de R\$6.070 referente a ajuste da provisão de *impairment* devido a amortização do ativo diferido ao longo do exercício de 2018 e 2017 e de R\$156.870 no ativo imobilizado referente ao teste de *impairment* do exercício de 2018.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes—Continuação

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos em 31 de dezembro de 2018 a Companhia utilizou-se o valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração, que consideraram:

- Revisão dos cenários para a UGC conforme planos de negócios, considerando tanto receitas futuras projetadas quanto os contratos já firmados com clientes, com destaque para os contratos de locação de área com a Edison Chouest e os contratos de locação de área que estão sendo negociados com a GNA.
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos, uma vez que a Companhia se encontra em operação, e a maioria dos contratos existentes e previstos são de longo prazo, assim como o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura;
- Taxa de desconto efetiva “rolling WACC” que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada é 11,74% a 16,90% (11,62 a 12,93% em 31 de dezembro de 2017) em termos nominais, baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital (“Rolling WACC”); e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 3,77% a.a..

Na avaliação do valor recuperável, a Companhia também mensurou o valor justo menos as despesas de alienação da UGC *Industrial Hub/T-Mult*, conforme CPC 01, e verificou que o valor em uso é superior ao valor justo menos despesas de alienação. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia realizou teste de *impairment* dos ativos no mesmo período.

18. Intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Licença de uso de software	20	2.467	2.126	2.559	2.126
Implantação de sistemas (c)		1.573	467	1.573	467
Outros		44	44	44	44
		4.084	2.637	4.176	2.637

- Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos bens intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* mencionados na Nota explicativa nº 17 - Imobilizado.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber			
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cientes - Cessão do direito real de superfície				
NFX	989	968	989	968
	989	968	989	968
Outros valores a receber - Notas de crédito				
Açú Petróleo	2.106	6.117	2.106	6.117
Águas Industriais do Açú	32	341	-	-
Consortio Dome Serviços Integrados	4.713	4.196	4.713	4.196
Gás Natural Açú	1.181	345	1.181	345
Gás Natural Açú Infra	244	-	244	-
UTE GNA I	165	-	165	-
Total outras contas a receber - curto prazo	8.441	10.999	8.409	10.658
Créditos a receber LP - Venda de ativos				
Açú Petróleo Investimentos S.A. (a)	531.951	495.154	531.951	495.154

(a) Refere-se à transação de venda de ativos para a empresa Açú Petróleo Investimentos S.A., controlada da empresa Prumo. Em 12 de outubro de 2018 foi amortizado R\$20.000 da dívida. Os recebimentos da Porto do Açú estão vinculados ao fluxo de recebimento de dividendos da Açú Petróleo pela Açú Petróleo Investimentos. O saldo está sujeito à taxa média ponderada das projeções de IPCA, TJLP e SELIC, a partir do exercício de 2016 e seu prazo máximo para a quitação está vinculado à liquidação financeira do Contrato de Repasse de Recursos do BNDES em 2003 (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) assinado entre Porto do Açú e os Bancos Repassadores Bradesco e Santander em 10 de agosto de 2015.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Partes relacionadas--Continuação

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a pagar - Notas de débito				
Prumo	1.048	234	1.062	291
Pedreira	154	154	-	-
Porto de Antuérpia	3.769	-	3.769	-
Águas Industriais do Açu	678	295	-	-
Açu Petróleo	971	17.544	971	17.544
Total - curto prazo	6.620	18.227	5.802	17.835
Outros passivos financeiros				
Mútuo Prumo - Longo prazo	509.580	509.580	509.580	509.580

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

	Receitas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas de cessão do direito real de superfície				
NFX	11.767	11.494	11.767	11.494
Ferroport	-	-	305	673
	11.767	11.494	12.072	12.167
Receita - Subcontratação BG				
Açu Petróleo	48.463	44.826	48.463	44.826
Atualização monetária - Venda de ativos				
Açu Petróleo Investimentos	56.798	56.685	56.798	56.685
	117.028	113.005	117.333	113.678

	Custos/Despesas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos:				
Açu Petróleo - Serviços portuários (Subcontratação)	(48.463)	(42.206)	(48.463)	(42.206)
Despesas:				
Porto de Antuérpia - Consultoria	(7.898)	-	(7.898)	-
Águas Industriais - Fornecimento de água	(383)	-	-	-
	(56.744)	(42.206)	(56.361)	(42.206)

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Diretores		
Salários	1.183	316
Pró-labore	1.999	1.018
Bônus	2.479	777
Benefícios e Encargos	1.301	766
	6.962	2.877

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					
	2018				2017	
	Vencimento	Taxas em %	Principal	Juros e atualização	Total	
Instituições						
BNDES (Repessadores) (i)	15/09/2033	Selic + 4,96%	1.025.838	5.929	1.031.767	929.160
BNDES (Repessadores) (ii)	15/09/2033	TJLP + 4,70%	2.281.126	29.823	2.310.949	2.083.493
(-) Custo de transação (i) a (ii)	-	-	(241.272)	-	(241.272)	(249.931)
Debêntures (iii)	15/09/2033	IPCA + 6,97% a.a.	1.606.835	3.872	1.610.707	1.456.157
(-) Custo de transação (iii)	-	-	(6.787)	-	(6.787)	(6.707)
Terex (v)	23/08/2020	Euro + 4,10% a.a.	4.326	73	4.399	6.757
			4.670.066	39.697	4.709.763	4.218.929
Circulante			304.805	73	304.878	2.318
Não circulante			4.365.261	39.624	4.404.885	4.216.611

(i) e (ii) Em 29 de julho de 2015, o BNDES aprovou em decisão de Diretoria, os termos e condições para o longo prazo no modelo “*Project Finance*”, na modalidade de repasse, no valor de R\$2,3 bilhões foram repassados pelos bancos Bradesco e Santander (“Bancos Repassadores”) e utilizados para a amortização de empréstimos-ponte, concedidos anteriormente pelo BNDES.

Em 10 de agosto de 2015, a Porto do Açu assinou acordo com os Bancos Repassadores, com prazo de 18 anos, para a formalização da operação acima descrita (“Contrato de Repasse”). Na mesma data, a Companhia assinou acordo com o BNDES que contempla a possibilidade de financiamento direto (“Contrato Direto”), em substituição a linha de repasse, no percentual de até 50% com o limite de R\$2,1 bilhões, somados juros e principal. A eficácia do Contrato de Repasse, assim como do Contrato Direto, está sujeita ao cumprimento de condições precedentes previstas nos referidos instrumentos.

(iii) Em 13 de agosto de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Porto do Açu o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples (“Escritura de Debêntures”), não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Espécie com Garantia Real, com intermediação da Caixa Econômica Federal. A controladora Prumo foi incluída no instrumento de emissão como interveniente garantidor.

O montante total da operação é de R\$750.000, e o prazo corresponde ao mesmo do Contrato de Repasse, de 18 anos.

(i), (ii) e (iii) - Em 31 de dezembro de 2017, foi efetuado ajuste no cálculo dos juros, tanto da Porto do Açu como do Agente fiduciário das debêntures e BNDES, no valor de R\$19.355, sendo que R\$16.544 foi capitalizado por ser em juros capitalizados até o ano de 2015, período em que a Porto do Açu tinha obras em andamento e R\$2.811 para o resultado, ocasionados pela diferença na metodologia utilizadas pelos agentes. As partes chegaram ao consenso e as planilhas foram corrigidas.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Em 15 de agosto de 2018 a Porto do Açú realizou o pagamento parcial antecipado previsto no Contrato de Repasse no valor total de R\$16.341 sendo R\$9.100 para o Banco Bradesco e R\$7.240 para o Banco Santander. Na mesma data, foi realizado o pagamento parcial antecipado previsto na Escritura de Debêntures Simples no valor de R\$5.212.

- (iv) Em 27 de junho de 2015, a Porto do Açú contratou com o próprio fornecedor de equipamentos Terex MHPS GmbH, e com garantia da Export Credit Agency (“ECA”), Euler Hermes (Alemanha) um financiamento de 3.3 milhões de Euros para a aquisição de um guindaste para o *T-Mult*, através da emissão de nota promissória, com vencimento estabelecido para 2020 e previsão de amortização semestral de juros e principal.

Informações sobre a exposição máxima da Companhia, à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na Nota explicativa 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

(*) Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da Porto do Açú

A Prumo Logística S/A é interveniente garantidora, enquanto a EIG LLX Holdings S.A R.L e a EIG Enegy XV Holdings (Flame), LLC são interveniente anuente, para os seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açú:

- Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco e Santander Brasil, no montante de R\$3.306.964 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.980.427 em 31 de dezembro de 2017); e
- Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R\$1.606.835 em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.452.656 em 31 de dezembro de 2017), sendo todo o crédito suportado pela fiança da Prumo, além do pacote de garantias elencado na Nota explicativa nº 20 - Empréstimos, financiamentos e debêntures.

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander (“Repassadores”), são as seguintes:

- (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara;
- (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo;
- (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açú;
- (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos;
- (v) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças;
- (vi) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis;
- (vii) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas;

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (viii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios;
- (ix) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio);
- (x) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara);
- (xi) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC; e
- (xii) Commitment for Additional Funding (Compromisso para Financiamento Adicional).

Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da controladora Prumo.

O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açu, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador e principal pagador de todas as obrigações contraídas pelo Porto do Açu, conforme os termos da escritura de emissão, enquanto vigorar este instrumento. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nas escrituras de financiamento.

Com relação as garantias dadas à Terex MHPS GmbH pelo financiamento do guindaste, a operação é assegurada pela Euler Hermes, uma Agência de Crédito a Exportação alemã voltada para crédito de exportação. Além disso, o contrato de compra e venda do equipamento prevê que a transferência da propriedade à Porto do Açu somente será efetuada após integral pagamento do equipamento.

Cláusulas restritivas (*covenants*)

O contrato de debêntures e os empréstimos com o BNDES estão sujeitos às seguintes cláusulas de *covenants* financeiros a partir do exercício de 2019:

(i) Dívida Líquida/EBITDA

Dívida líquida / EBITDA	
2020	< 5,0 x
2021	< 4,0 x
2022	< 3,0 x
A partir de 2023	< 2,0 x

Dívida líquida é definida como sendo o somatório da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Porto do Açu que venha a ser criada, deduzindo-se o caixa e equivalente de caixa e títulos e os valores mobiliários, constantes das demonstrações financeiras consolidadas da Porto do Açu. EBITDA é definido como lucro antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, depreciação e amortização.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

(ii) EBITDA/Despesa financeira

EBITDA / Despesa financeira líquida	
Entre 2019 e 2020	> 1,5 x
Entre 2021 e 2022	> 3,0 x
A partir de 2023	> 3,5 x

(iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (a) entre 2020 e 2021 superior a 1,2x; e (b) a partir de 2022, superior a 1,3x ("ICSD Mínimo"), conforme fórmula a seguir:

$$\text{ICSD Mínimo} = \frac{\text{Caixa Disponível para o Serviço da Dívida (EBITDA-Capital de Giro-Tributos-Capex de manutenção)}}{\text{Serviço das Dívidas (Amortização+Pagamento de Juros de quaisquer dívidas da Emissora)}}$$

A partir de 2020, manter índice "Patrimônio Líquido sobre Ativo Total" superior a 0,15, comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas e parecer expresso de empresa independente registrada na CVM, no período de 12 (doze) meses anteriores à apuração acima referida.

(iv) Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Os contratos possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é tomada também no caso de haver alteração do controle acionário, direto ou indireto, no tomador do projeto, até a quitação de todas as obrigações do respectivo empréstimo e debêntures, sem prévia e expressa anuência, e também caso ocorra cessão, transferência ou alteração do controle do Porto do Açú ou do Interviente Garantidor pessoa jurídica, sem prévio consentimento dos credores, exceto se, após tais eventos, o controlador permanecer direta ou indiretamente na situação de Emissor e Interviente Garantidor do Porto do Açú. A escritura de debêntures autoriza, tão somente, a transferência de ações do Interviente Garantidor a qualquer terceiro em percentual não superior a 5% (cinco por cento) do capital social total da controladora Prumo.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

(v) Obrigações adicionais do Interviente Garantidor e do Emissor

Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuos dentro do limite de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) anuais. O Interviente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Controladora / Consolidado						2018
	Fluxo de Caixa			Efeito não Caixa			
2017	Captação / Liquidação	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização Custo de Transação		
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	4.218.928	(18.320)	(5.849)	(8.919)	506.423	17.499	4.709.763
	4.218.928	(18.320)	(5.849)	(8.919)	506.423	17.499	4.709.763

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ISS	492	751	493	751
PIS/COFINS	-	-	59	46
ICMS	31	296	39	296
IRRF	874	628	879	632
Parcelamento - PRT	-	954	-	954
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	434	378	434	378
Imposto de renda e contribuição social("IRPJ e CSLL")	-	-	1.436	1.103
Outros	234	332	235	333
	2.065	3.339	3.575	4.493

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(359.138)	(655.506)	(357.650)	(654.191)
Prejuízo das empresas cujos créditos fiscais não são reconhecidos	-	-	(374)	(1.401)
Prejuízo líquido ajustado	(359.138)	(655.506)	(358.024)	(655.592)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	122.107	222.872	121.728	222.901
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	997	958	-	-
Outros	(2.287)	(69.473)	(2.294)	(69.467)
Baixa do diferido	(181.396)	(203.165)	(181.396)	(203.165)
Créditos fiscais não reconhecidos (a)	(120.817)	(154.357)	(120.835)	(154.507)
Total do imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)	-	-	(84)	(236)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(181.396)	(203.165)	(182.881)	(204.474)
Alíquota efetiva	50,51%	30,99%	51,08%	31,19%
Corrente	-	-	(1.515)	(1.309)
Diferido	(181.396)	(203.165)	(181.365)	(203.165)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(181.396)	(203.165)	(181.881)	(204.474)

- (a) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Porto do Açú reconheceu provisão para perda de créditos fiscais no montante de R\$331.227, referentes ao imposto diferido ativo apurado no exercício. Para demais exercícios, a Administração irá revisar a recuperabilidade dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e, se for o caso, reverter a provisão ou reduzi-la na medida em que a sua realização for provável.

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Reserva Ambiental Caruara	-	-	1	305
Porto do Açu (*)	24.622	26.824	24.622	26.824
	24.622	26.824	24.623	27.129
Circulante	2.362	2.352	2.363	2.657
Não Circulante	22.260	24.472	22.260	24.472

(*) Referente a valores adiantados pelo cliente Edison Chouest que são apropriados linearmente ao resultado de acordo com contrato.

23. Provisão para contingências

a) Perdas prováveis, provisionadas em nosso balanço

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas são alvo de processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos conforme tabela demonstrada a seguir:

	2017	Adições	Atualizações	2018
Trabalhistas	321	-	545	866
Fiscal	-	3.884	-	3.884
Cível	-	4.000	-	4.000
	321	7.884	545	8.750

	2016	Adições	Reversão de provisão	Atualizações	2017
Trabalhistas	243	1.265	(1.279)	92	321
	243	1.265	(1.279)	92	321

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para contingências—Continuação

b) Perdas possíveis, não provisionadas em nosso balanço

O Grupo tem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2018	2017
Fiscais	7.351	11.607
Trabalhistas	6.854	4.847
Cíveis	13.459	47.137
	27.664	63.591

Em 31 de dezembro de 2018, os principais processos de perdas possíveis para o Grupo, são os que seguem:

Processos trabalhistas: as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, reclamações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas “intinere”, pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas.

Processos fiscais: os processos mais significativos estão relacionados aos questionamentos de autoridades tributárias brasileiras sobre a cobrança de adicional de Imposto Territorial Rural (“ITR”) na área da Fazenda Caruara e processos nos quais se questiona a cobrança de ISS e IOF totalizando um montante aproximado de R\$7.351.

Processos cíveis: tratam-se de demandas judiciais que se referem a ações de indenizações e cobranças no contexto de contratos celebrados pela Companhia com empresas construtoras, prestadoras de serviços, etc., que somam um montante total de aproximadamente R\$13.459.

Processos ambientais: tratam-se de ações civis públicas ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais na construção do empreendimento Porto do Açú. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

Acionistas	2018		2017	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
Prumo Logística S.A.	2.036.821	98,82	2.036.821	100,00
Port of Antwerp International N.V.	24.232	1,18	-	-
	2.061.053	100,00	2.036.821	100,00

Em 15 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento de capital, pela Port of Antwerp International N.V., da Companhia mediante a emissão de 24.232 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,33 por ação. Do valor total do preço de emissão, R\$24.232 são destinados à conta do capital social da Companhia e R\$8.081 são destinados a reserva de capital da Companhia.

b) Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não irá distribuir dividendos no exercício tendo em vista o prejuízo apurado.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Receita líquida

Os principais contratos da Companhia estão relacionados ao aluguel da retroárea e serviços portuários.

Os efeitos da adoção do CPC 47/IFRS 15 sobre as receitas de contratos com clientes do Grupo não foram relevantes conforme descrito na Nota explicativa 4 - Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores e períodos de reconhecimento sujeitos a demandas futuras, variações na taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta				
Cessão direito real de superfície	130.072	127.347	130.377	128.020
Serviços de transbordo de petróleo	48.463	45.602	48.463	45.602
Serviços portuários	68.075	56.757	68.075	56.757
Serviço de transporte	33.730	29.712	33.730	29.712
Fornecimento de água	-	-	5.856	4.036
Comissões sobre faturamento de terceiros	1.148	-	1.148	-
Pátio de triagem	500	-	500	-
Serviços ambientais	-	-	42	223
Total receita bruta	281.988	259.418	288.191	264.350
Imposto sobre receita (Pis/Cofins/ISS/ICMS)	(33.746)	(30.183)	(34.337)	(30.622)
Receita líquida	248.242	229.235	253.854	233.728

Os ativos de contratos relacionam-se principalmente aos direitos do Grupo a contraprestação pelo trabalho concluído. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

26. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e encargos	(19.150)	(17.030)	(19.729)	(17.354)
Serviços de terceiros	(47.175)	(34.252)	(47.438)	(34.406)
Aluguéis e arrendamentos	(1.803)	(2.121)	(1.826)	(2.126)
Depreciação e amortização	(107.328)	(103.034)	(107.335)	(103.036)
Seguros diversos	(5.578)	(5.259)	(5.590)	(5.259)
Serviços portuários	(44.770)	(42.926)	(44.770)	(42.926)
Combustíveis e lubrificantes	(145)	(1.340)	(145)	(1.340)
Custos diversos	(4.802)	(1.617)	(4.893)	(1.493)
	(230.751)	(207.579)	(231.726)	(207.940)

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Despesas administrativas

A Companhia apresenta as despesas administrativas por natureza, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e encargos	(37.098)	(14.247)	(37.192)	(14.390)
Honorários da Administração (<i>stock options</i>)	(46)	(138)	(46)	(138)
Serviços de terceiros	(18.453)	(9.828)	(18.688)	(10.090)
Material de consumo	(193)	(269)	(193)	(269)
Viagens e estadias	(1.542)	(379)	(1.542)	(379)
Aluguéis e arrendamentos	(311)	(917)	(311)	(917)
Impostos e taxas	(778)	(1.323)	(1.172)	(1.815)
Depreciação e amortização	(7.922)	(8.576)	(1.853)	(2.507)
Provisão de contingências	(8.428)	-	(8.428)	-
Representações e eventos	(739)	(523)	(739)	(523)
Despesas diversas	(2.991)	(3.561)	(3.045)	(3.590)
	(78.501)	(39.761)	(73.209)	(34.618)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(423)	(386)	(434)	(399)
IOF	(175)	(133)	(175)	(110)
Corretagem e comissões	(17.504)	(16.834)	(17.504)	(16.834)
Juros sobre empréstimos (*)	(372.432)	(335.743)	(372.432)	(335.743)
Juros e multas	(74)	(468)	(104)	(547)
Atualização monetária (**)	(134.164)	(143.542)	(134.164)	(143.542)
Outras despesas financeiras	(3.602)	(1.153)	(3.633)	(1.153)
	(528.374)	(498.259)	(528.446)	(498.328)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	2.477	2.417	3.132	3.437
Juros ativos	1.778	1.839	1.802	1.848
Atualização monetária - partes relacionadas	56.798	56.685	56.798	56.685
Outras receitas financeiras	2.573	68	2.573	67
	63.626	61.009	64.305	62.037
Resultado financeiro líquido	(464.748)	(437.250)	(464.141)	(436.291)

(*) Juros sobre empréstimos de R\$(225.504) com BNDES, R\$(146.655) sobre debêntures e R\$(273) outros;

(**) Atualização monetária de R\$(77.232) sobre empréstimo com BNDES, R\$(56.775) sobre debêntures e R\$(157) outros.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Compromissos assumidos

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de compras futuras no valor de R\$302.377 (R\$297.583 em 31 de dezembro de 2017), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras do Porto do Açú.

	Consolidado	
	2018	2017
Porto do Açú	299.147	295.962
Águas Industriais	2.817	1.404
Reserva Ambiental Caruara	211	196
Outros	202	21
	302.377	297.583

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O efeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito em Nota explicativa 4 - Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Devido ao método escolhido de transição as informações comparativa não foram rerepresentadas para refletir o novo requerimento.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados:

	2018			2017		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Valor contábil	Mensuração	Nível hierárquico
Ativos						
Caixa e bancos	1.435	-	-	3.547	-	-
Aplicações financeiras	61.336	-	-	17.118	-	-
Títulos e valores mobiliários	11.320	-	-	5.154	-	-
Clientes	91.776	-	-	113.878	Custo amortizado	-
Depósitos bancários vinculados	4.787	-	-	6.761	Custo amortizado	-
Depósitos restituíveis	18.175	-	-	19.865	Custo amortizado	-
Outros valores a receber	8.409	-	-	10.657	Custo amortizado	-
Créditos a receber	531.951	-	-	495.154	Custo amortizado	-
Debêntures	659.393	-	-	659.393	Custo amortizado	-
Créditos com terceiros	80.201	-	-	80.772	Custo amortizado	-
	1.468.783	-	-	1.412.299	-	-
Passivos						
Fornecedores	33.108	-	-	35.119	Custo amortizado	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.709.763	-	-	4.218.929	Custo amortizado	2
Outras contas a pagar	5.802	-	-	17.835	Custo amortizado	-
Outros passivos financeiros	509.580	-	-	509.580	Custo amortizado	-
Adiantamentos de clientes	24.623	-	-	27.129	Custo amortizado	-
Obrigações com terceiros	19.880	-	-	19.880	Custo amortizado	-
	5.302.756	-	-	4.828.472	-	-

	2018			2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	4.709.763	-	-	4.218.929	-
	-	4.709.763	-	-	4.218.929	-

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo exercício.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, através da abordagem de receita apenas para referência, são de R\$4.918.763 em 31 de dezembro de 2018 (R\$4.439.741 em 31 de dezembro de 2017). Uma parte significativa desse valor consiste em contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos com BNDES, FI-FGTS e fornecedores estrangeiros, e por serem um mercado exclusivo consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia e suas controladas não detinham contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos—Continuação

- **Riscos de Mercado**

- (i) Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas do Grupo, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Em seu contexto operacional atual, a Companhia não possui riscos cambiais considerados relevantes pela Administração. Adicionalmente, não há instrumentos derivativos que possam ocasionar esse tipo de exposição.

- (ii) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da Nota explicativa nº 20 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligado ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de dezembro de 2018, 99,9% do endividamento da Companhia estava associado aos índices de moedas locais, sendo 32,5% corrigidos pelo IPCA, 46,6% pela TJLP e 20,8% pela Selic.

Com relação às receitas em reais, as receitas de aluguel da Porto do Açú são corrigidas pelo IGP-M. Os recursos financeiros estão aplicados em um fundo exclusivo da Prumo, no banco Bradesco, com política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, com indexação a CDI e com previsão de liquidez diária.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos—Continuação

- **Riscos de Mercado**

- (ii) Risco de taxa de juros

Com relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TJLP e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo do Grupo Porto do Açú e, portanto optou por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhões de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros						
Descrição	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	BNDES (Selic e TJLP)	7.423.501	7.460.218	9.021.627	9.152.533	10.668.427
Debêntures (IPCA)	2.085.440	3.131.076	2.608.037	3.918.924	3.130.634	4.706.772
Total	9.508.941	10.591.294	11.629.664	13.071.457	13.799.061	15.626.219

Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigida pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2027, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe a neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, minimizando o risco em questão.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--Continuação

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 30 a 45 dias para nossos cliente.

As exposições em cada risco de crédito foram segmentadas por tipo de recebíveis. Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada segmento com base na condição de inadimplemento e na experiência real de perda de crédito nos últimos exercícios. As taxas de perdas são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--Continuação

- **Risco de Liquidez**

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2018. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Sem Vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	33.108	-	-	-	-	33.108
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.343	308.740	701.781	2.168.421	7.651.067	10.831.352
Outros passivos financeiros	-	-	5.802	509.580	-	-	515.382
Adiantamentos de clientes	-	-	2.363	22.260	-	-	24.623
Obrigações com terceiros	-	-	-	19.880	-	-	19.880
Total por faixa de prazo	-	34.451	316.905	1.253.501	2.168.421	7.651.067	11.424.345

* O IPCA projetado para o risco de liquidez foi atualizado de 6%a.a. para 4,5%a.a. a partir das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2017. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Sem Vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	35.119	-	-	-	-	35.119
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.246	21.614	311.101	2.170.880	8.840.503	11.345.344
Outros passivos financeiros	-	-	17.835	509.580	-	-	527.415
Adiantamentos de clientes	-	-	2.657	24.472	-	-	27.129
Obrigações com terceiros	-	-	-	19.880	-	-	19.880
Total por faixa de prazo	-	36.365	42.106	865.033	2.170.880	8.840.503	11.954.887

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as coberturas de seguros são as seguintes:

	Consolidado	
	2018	2017
Riscos operacionais		
Danos materiais	325.483	330.800
Responsabilidade Civil e por Danos Ambientais	485.067	428.696
Lucros cessantes	208.464	165.400

32. Eventos subsequentes

Em 8 de fevereiro de 2019, foi aprovado o aumento de capital da Companhia pela Port of Antwerp International N.V., mediante a emissão de 24.815 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,48 por ação. Do valor total do preço de emissão, R\$24.815 são destinados à conta do capital social e R\$12.059 são destinados a reserva de capital.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição de Diretoria

Carlos Tadeu Fraga
Diretor Presidente

Fernando José Ferreira da Mouta
Diretor Financeiro

Ideraldo Luiz Goulart
Diretor

Eduardo Kantz
Diretor

Tessa Major
Diretor

Renato de Souza Vieira
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 103.959/O-5